

FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: APRENDENDO A VIVER, CRIAR, PENSAR E ENSINAR DE OUTRO MODO

**Margaret Simone Zulian
Soraia Napoleão Freitas**

O presente trabalho focaliza algumas considerações a respeito da Educação Inclusiva, formação de professores e informática na educação, a partir das referências de autores, como: Sasaki, Mantoan, Holly, Delors, Esteve, Mori, Valente, Papert e Santarosa. Considera-se que não se pode conceber a questão da Educação Inclusiva sem pensar na formação do professor e em práticas educativas diferenciadas voltadas ao uso das novas tecnologias da informação e comunicação, visto que a inclusão, em escolas regulares, de alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais (PNEE) abrange a realidade do momento. O processo de inclusão visa a uma educação de qualidade não só para os alunos PNEE, mas para todos, com respaldo da Lei de Diretrizes e Bases e da Carta de Salamanca. Portanto, ao se pensar no desafio de incluir alunos PNEE em sala de aula, o professor precisa buscar recursos que os beneficiem e atendam suas reais necessidades, mudando a forma de direcionar as práticas educativas, através da criação de ambientes de aprendizagem que disponham dos recursos da informática - computador, Internet, Logo e softwares educativos. Além disso, a interação, neste ambiente, enriquece a capacidade intelectual do aluno, sua auto-estima e autonomia, onde aprende e se desenvolve cognitivamente, emocionalmente e socialmente. Conforme Esteve (1991), "as atitudes dos professores e da sociedade são fundamentais para realizar as reformas que se projetam", assim, as transformações da escola exigem uma reestruturação da formação do professor, a fim de formar um profissional transformador, que reconheça e aceite a diversidade, preparado para enfrentar desafios e propor soluções.

1 Considerações Iniciais

Tempos novos, em que a maneira de pensar do indivíduo moderno é influenciada pelo descobrir, criar e refletir, em que as certezas se transformam em interrogações. Tempos novos, em que a relação com o conhecimento experimenta mudanças decorrentes de uma criação constante do diferente, e a singularidade e a pluralidade se tecem de forma articulada. Por isso, para acompanhar estas transformações, precisa-se ter uma visão ampla e crítica das novas formas de aquisição do conhecimento e das novas tecnologias da informação e comunicação, na obtenção de uma qualidade de educação e vida.

A educação, cada vez mais, volta-se para a capacidade do indivíduo em fazer escolhas e para a quebra dos mecanismos de alienação social, que o impedem de optar pelo que é melhor para si e para o grupo onde vive. Desta forma, a escola está sendo solicitada a contribuir na formação de um indivíduo com várias competências, ajudando-o a compreender a sua realidade e a refletir sobre ela. E o professor, a promover a integração dos grupos, a partir da conscientização e aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem por meio de cooperação.

Presencia-se um mundo que evolui a bytes, e a escola há que viabilizar projetos inovadores que redefinem antigos parâmetros educacionais, em particular no que se refere à Educação Especial. Esta, com uma nova vertente, a Educação Inclusiva, revela que todos podem aprender, basta que, para isso, lhes sejam dadas condições apropriadas, num ambiente cada vez menos restritivo e comprometido com a transformação escolar e social. A partir deste contexto, por inclusão social, emprestamos a definição seguinte:

A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade e o portador de deficiência procuram adaptar-se mutuamente tendo em vista a equiparação de oportunidades e, conseqüentemente, uma sociedade para todos. A inclusão (na sociedade, no trabalho, no lazer, nos serviços de saúde, etc) significa que a sociedade deve adaptar-se às necessidades da pessoa com deficiência para que esta possa desenvolver-se em todos os aspectos de sua vida (Sasaki, 1997, p. 168).

Desde que o termo inclusão surgiu no meio social e escolar, o mesmo tem sido associado ao de inovação educacional, de forma que implica a formação de professores e propostas de ensino que atendam às exigências da sociedade contemporânea, em que não há espaço para preconceitos e discriminações entre os indivíduos, mas sim, para a interação de todos com o mundo e a promoção da auto-estima do aluno Portador de Necessidades Educativas Especiais (PNEE).

A presença de alunos PNEE na escola regular pressupõe uma escola aberta, que responda às necessidades concretas de todos os alunos que chegam ao ambiente escolar com diferentes interesses, motivações e habilidades. Então, as interações estabelecidas precisam estar cada vez mais próximas e integradas ao conhecimento do aluno e aos desafios que o contexto lhe propõe, a fim de que ambientes de construção de aprendizagens sejam oportunizados, incitando e possibilitando o pensar.

Neste sentido, este trabalho desenvolve idéias a respeito da Educação Inclusiva, formação de professores e informática na educação, visto que a inclusão privilegia todos os tipos de alunos, portadores ou não de deficiências ou distúrbios de aprendizagem, na escola regular, e a informática constitui-se num cenário importante ao desenvolvimento integral destes seres.

2 Educação Inclusiva: aprendendo a viver com a diversidade.

A Educação Especial faz parte do sistema educacional, sendo entendida, para efeitos da Lei 9394/96, como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, ao aluno PNEE (deficientes físicos, auditivos, visuais; autistas; altas habilidades...), assim descrita:

A política de Educação Especial, calcada no direito de todos à educação, sem discriminações, estabelece um elenco de objetivos e de diretrizes, consentâneos com a avaliação da conjuntura brasileira atual, tendo como finalidade a formação de cidadãos conscientes e participativos (MEC, 1994, p. 132).

O movimento inclusivo nas escolas foi reforçado por essa política de Educação Especial proposta pelo MEC, que causou um impacto muito grande entre os professores do ensino regular, remodelando as práticas educativas e revelando o papel estratégico que a educação ocupa no processo de consolidação de uma sociedade mais justa, livre, igualitária e acolhedora para todos.

Mesmo que a Política Nacional de Educação Especial estabeleça e assegure uma educação para todos, ainda há uma predominância de fatores históricos de um sistema dominante, em que as pessoas portadoras de deficiências ou necessidades especiais eram segregadas, excluídas socialmente e até consideradas possuídas por maus espíritos. No aspecto educacional, recebiam atendimento em locais isolados, oferecidos por instituições de cunho religioso, de conhecimento formal do governo, mas sem nenhum controle. Por receberem atendimento isolado do restante da sociedade e pela sua deficiência, algumas pessoas passavam a vida toda dentro destas instituições.

Muitas mudanças vieram acontecendo nas últimas décadas, nos aspectos político, social e educacional, marcadas por grandes avanços na área da ciência e da tecnologia, que favoreceram e oportunizaram instrumentos para que a sociedade começasse a repensar e olhar os alunos PNEE sob um diferente paradigma. Congressos internacionais patrocinados pela UNESCO estabeleceram os fundamentos de uma política educacional mundial, menos excludente e mais inclusiva, lançando os seguintes documentos mundiais: Convenção de Direitos da Criança (1988), Declaração sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994). A partir, principalmente, da Conferência Mundial de Educação para Todos e da Declaração de Salamanca, com os princípios de reformulação do sistema de ensino como um todo, o movimento de educação para todos tornou-se discussão mundial e desencadeou uma verdadeira revolução educacional. Estes documentos mundiais enfatizam a inclusão social como a forma mais efetiva da implantação da Educação Inclusiva.

As políticas públicas destinadas aos alunos PNEE articularam um novo significado e uma forma particular de encarar a Educação Especial escolar em nível nacional, com discussões a respeito do entendimento desta proposta inclusiva, no seu verdadeiro sentido (integração escolar, inclusão e escola inclusiva), como nos mostra, por exemplo, a Declaração de Salamanca:

A tendência da política social durante as duas últimas décadas foi a de fomentar a integração e a participação e de lutar contra a exclusão. A integração e a participação fazem parte essencial da dignidade humana e do gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, essa situação se reflete no desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma autêntica igualdade de oportunidades (1994, p. 23).

No momento em que a escola comum assume uma educação inclusiva e integradora, precisa, antes de tudo, adequar seu currículo, programas, conteúdos e, em especial, estruturar uma proposta político-pedagógica que venha a atender as reais necessidades de cada indivíduo.

Assim, pensar a inclusão exige uma mudança de postura frente ao processo de ensino e de aprendizagem diante das necessidades especiais dos alunos. Se, por um lado, há avanços no tratar a Educação Inclusiva, principalmente em países desenvolvidos, manifestando as preocupações, desenvolvendo debates, estudos e pesquisas em torno desse assunto; por outro, há um entendimento de que os alunos PNEE ainda devem permanecer em escolas especializadas em educá-los e desenvolvê-los, sem a possibilidade de integração à escola comum e sem participação social. Para tanto, compete um trabalho coletivo, apoiado por uma política democrática, que busque uma ação interdisciplinar e

viabilize a proposta de uma educação inclusiva, de igual oportunidade, mesmo na diferença.

Incluir, então, significa integrar um aluno ou um grupo na educação regular, o que lhe é de direito, num espaço que possibilite exercer a cidadania e ter acesso aos diferentes saberes. A inclusão não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia toda a comunidade escolar (Mantoan, 1998).

Todas as mudanças referentes à reorganização do campo da Educação Especial, em termos legais e políticos, reforçaram a idéia da educação escolar como direito e como condição para a inclusão do aluno PNEE. Porém, tais mudanças não significaram um aumento de oportunidades e qualidade nos serviços educacionais.

De acordo com as reflexões até então referidas, não se muda a escola com um passe de mágica, no entanto iniciativas inovadoras, como o uso do computador, mostram a viabilidade da inclusão escolar nas escolas brasileiras, e práticas pedagógicas diferenciadas propiciam ao aluno PNEE uma melhor qualidade de vida, a partir da criação e superação de situações que permitam ao mesmo "aprender a aprender".

Para que iniciativas aconteçam, são necessários investimentos nas instituições comuns, tanto de recursos materiais e específicos ao trabalho com alunos PNEE como para a formação de profissionais nesta área. Reforça-se a importância de ações conjuntas, equipes de apoio, pais, alunos, sociedade e governo, irmanados nesta conquista.

É através da educação que podemos inserir os alunos PNEE, nos mais variados contextos, promovendo mudanças no processo de ensino e de aprendizagem, e na concepção de Educação Inclusiva, de acordo com alguns estudiosos, entre eles Mantoan (1998), que nos mostra que,

sem dúvida, a inclusão concilia-se com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano. Os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade cedem sua prioridade ao desenvolvimento de novas atitudes e formas de interação na escola, exigindo mudanças no relacionamento pessoal e social e na maneira de se efetivar os processos de ensino e aprendizagem. Nesse contexto, a formação do pessoal envolvido com a educação é de fundamental importância, assim como a assistência às famílias; enfim, uma sustentação aos que estarão diretamente implicados com as mudanças é condição necessária para que estas não sejam impostas, mas imponham-se como resultado de uma consciência cada vez mais evoluída de educação e de desenvolvimento humano (p. 51).

Faz-se necessário, pois, refletir sobre estratégias que se transformem em ações concretas para a formação profissional, tópico tal que trataremos a seguir.

3. Formação de professores: aprendendo a criar.

Os movimentos da sociedade constituem parâmetros cruciais para a reflexão social e educacional. Por isso, ao se abordar a Educação Inclusiva, nada mais relevante do que destacar a preocupação com a formação e qualificação de profissionais no desempenho, com competência, de uma educação de qualidade. Esta formação deve contemplar o contexto do professor, pois é justamente, em sala de aula, que o saber da experiência se manifesta. Na visão de Holly (1992, p. 82):

Há muitos factores que influenciam o modo de pensar, de sentir e de actuar dos professores, ao longo do processo de ensino: o que são como pessoas, os seus diferentes contextos biológicos e experienciais, isto é, as suas histórias de vida e os contextos sociais em que crescem, aprendem e ensinam.

É a partir do saber-fazer do professor, dos conhecimentos que possui, experiências, crenças e esquemas de trabalho, que a idéia de educação permanente pode ser pensada e ampliada, baseando-se no seu aprimoramento através da reflexão, compartilhamento de idéias, informações, sentimentos, responsabilidades, decisões e ações.

Além das necessárias adaptações relacionadas com as alterações da vida profissional, a formação do professor deve ser uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes e aptidões, da sua capacidade de discernir e agir. O questionamento da própria prática, as comparações, análises, investigações e soluções de problemas, levam o indivíduo a "aprender a aprender", a "aprender a pensar" e a oferecer possibilidades de investigação individual e coletiva, uma vez que sabemos que

(...) É verdade que toda a vida pessoal e social oferece oportunidades de progredir no saber e no saber fazer. (...) é desejável que a escola lhe transmita ainda mais o gosto e prazer de aprender, a capacidade de ainda mais aprender a aprender, a curiosidade intelectual. Podemos, até, imaginar uma sociedade em que cada um seja, alternadamente, professor e aluno (Delors, 1998, p. 18).

Não obstante, a formação do professor deve contemplar a reflexão sobre os valores da educação,

vivência interdisciplinar, trabalho em equipe, pesquisa e construção de competências. Portanto, como já reiterado, o professor tem de ter a capacidade de explicar o que sabia apenas reproduzir, a convicção de que todos os alunos são capazes de aprender, o compromisso com a aprendizagem de todos os seus alunos, as habilidades para apresentar e explicar os conteúdos como interessantes, ou seja, suscitar o prazer de aprender.

Para atender ao horizonte pedagógico, fruto da transformação da escola, as universidades são chamadas a reorganizem seus programas curriculares, pesquisando, estudando e redefinindo os paradigmas educacionais, revisando estratégias e conteúdos de formação, a fim de preparar o professor para a diversidade, pois a Educação Inclusiva só terá seus objetivos alcançados se todos os envolvidos neste processo vivenciarem atitudes e valores, tendo um olhar educativo coletivo e criativo.

Os professores podem reagir de forma diferenciada frente às práticas nas escolas inclusivas: ignorando o processo de mudança, por insegurança, sem tomar conhecimento do que está acontecendo; ou demonstrando preconceito, devido à falta de informação e do estabelecimento de pré-concepções; ou ainda, aceitando a idéia da mudança do ensino, reagindo de forma positiva e reconhecendo a validade da sua atitude, evidenciando que está aberto tanto para a discussão sobre a inclusão como para aceitação de um aluno PNEE, em sua sala de aula, num esforço para encontrar respostas para essa situação.

Na realidade, estes indicadores servem como esquema básico para analisar e compreender as atitudes dos professores, que dependem da formação inicial que receberam e da preparação para enfrentar os desafios reais do ensino (Esteve, 1991). O grupo de professores que se adapta às exigências da escola inclusiva identifica os bons professores dentro das instituições, porque, no cotidiano de sua prática educativa, conseguem sustentar o seu trabalho com qualquer aluno e em qualquer ambiente escolar.

A busca do aperfeiçoamento da proposta de formação baseada em princípios educacionais construtivistas, como a cooperação, a autonomia intelectual e social e a aprendizagem ativa, desenvolve globalmente todos os alunos e capacita e aprimora os professores, pois:

Numa prática pedagógica pautada pelo construtivismo, é muito importante considerar que o caminho do sujeito rumo à aquisição do conhecimento objetivo passa por reestruturações globais, pela constituição de teorias por parte das crianças. Ao deparar com essas situações, cabe ao professor levar as crianças a perceber as contradições, desequilibrar-se e buscar superar essas contradições, ultrapassando, assim, sua antiga forma de operar (Mori, 1983, p. 24).

Notadamente, para tornar possível a inclusão, a formação do professor deve estar alicerçada no estabelecimento de parcerias entre os implicados no processo educativo - dentro e fora da escola - e na criação e compreensão de enfoques curriculares, metodológicos e estratégias pedagógicas que possibilitem a construção coletiva do conhecimento.

As inovações educacionais, por um lado, abalam a identidade do profissional/professor e as suas conquistas, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço feito para adquiri-los. Mas, por outro lado, favorecem a definição das teorias pedagógicas individuais de cada professor, conscientizando-o do modo como atua na promoção da aprendizagem de todos os alunos, e o subsidiam para encontrar maneiras de fazer acontecer a construção de conceitos próprios na sua prática de sala de aula. Neste caminhar, até mesmo quando na condição de professor, todos são aprendizes, aprendendo a criar e recriar...

Nesta perspectiva, o trabalho do professor consiste no acompanhamento dos alunos no desenvolvimento de suas potencialidades plenas, e, para isso, são necessárias novas abordagens educacionais na sua prática pedagógica. Uma destas abordagens compreende a utilização dos recursos da informática, numa perspectiva interacionista, que possibilita uma maior aproximação dos alunos PNEE aos demais e à realidade que os rodeia.

4. Informática na educação: aprendendo a pensar

O trabalho com informática na Educação Especial envolve um novo domínio de conceitos que exige um perfeito equilíbrio entre a informática e a educação, articulação esta que oportuniza uma imensidão de saídas e ferramentas que, bem trabalhadas, num processo de interação entre equipes interdisciplinares, viabilizam e concebem suporte para auxiliar no desenvolvimento e na inclusão do aluno PNEE.

Os ambientes de aprendizagem baseados nas tecnologias da informação e da comunicação, que compreendem o uso da informática, do computador, da Internet, das ferramentas para a Educação a Distância e de outros recursos e linguagens digitais, proporcionam atividades com propósitos educacionais, interessantes e desafiadoras, favorecendo a construção do conhecimento, no qual o aluno busca, explora, questiona, tem curiosidade, procura e propõe soluções. O computador é um meio de atrair o aluno PNEE à escola, pois, à medida que ele tem contato com este equipamento, consegue

abstrair e verificar a aplicabilidade do que está sendo estudado, sem medo de errar, construindo o conhecimento pela tentativa de ensaio e erro.

Autores como Valente (1991, 1997), que pesquisam a validade do uso do computador pelos alunos PNEE, acreditam que este recurso auxilia a qualquer que seja o grau de necessidade do aluno, até porque é composto de diversas ferramentas, e estas propiciam um trabalho lúdico-pedagógico, desde que mediado por profissionais qualificados.

Aproveitando-se de tais pesquisas, o professor deveria repensar os esquemas tradicionais de ensino e de aprendizagem, experimentar o computador e discutir, em uma ação conjunta, os melhores caminhos a trilhar com ele. Para, assim, trilhar caminhos para uma educação que venha ao encontro dos anseios, necessidades e deficiências do ser humano que está em suas mãos, cuja atuação, no futuro, dependerá de como foi instruído, da sua visão crítica do mundo, do nível de conhecimento adquirido e da capacidade de aplicação e extrapolação deste conhecimento.

A informática na Educação Especial necessita ser trabalhada, pelo professor, não considerando incluí-la como o simples ato de colocar o aluno em sala de aula regular para interagir com os colegas normais, mas para acompanhar a contemporaneidade, modificando a maneira de pensar e a forma de aprender. Assim, o aluno PNEE, ao adquirir mais confiança na sua capacidade, melhor cooperação e interesse na interação com outras pessoas e no trabalho com o computador, tem condições de visualizar o resultado rapidamente, explorar inúmeras possibilidades num mesmo exercício e assimilar os conteúdos com maior facilidade.

Aprendendo a pensar, como? Como expõe Valente (1991, p. 3):

(...) criar ambientes de aprendizagem que disponham de ferramentas apropriadas de modo que as crianças deficientes possam iniciar e controlar as atividades que eles desejam desenvolver.

Em vez de salas de aulas tradicionais, ambientes de aprendizagem que estimulam a participação, a manipulação de objetos, a movimentação dos alunos e sua forma de expressar das emoções. A flexibilidade, o respeito e a solidariedade propiciados favorecem um ambiente de liberdade e abertura, que facilita as ações espontâneas e o desenvolvimento de seus potenciais.

Uma sala de aula onde se trabalha com o computador, com a Internet, com o Logo ou demais softwares educativos, como sugerem Papert (1994) e Valente (1991, 1997), facilita uma aprendizagem mais duradoura e transferível, à medida que se cria um ambiente motivador e que o próprio aluno PNEE participa ativamente do processo de busca e construção do conhecimento, ao assumir o controle de suas ações, realizando as atividades por que está realmente interessado e envolvido. Ainda Valente (1991, p. 6):

(...) O computador é o instrumento que ajuda a minimizar as barreiras entre a criança e o mundo físico movendo os objetos, realizando o desenho ou a escrita. (...) se a criança consegue apertar uma tecla, ela pode comandar o computador para fazer praticamente tudo que ela deseja, sem precisar pedir ajuda para as outras pessoas, e sem ser limitada pela sua dificuldade de se comunicar com o mundo das pessoas e dos objetos.

O ambiente Logo, por exemplo, oportuniza ao aluno PNEE o poder de canalizar suas potencialidades e controlar suas deficiências, à medida que, ao interagir neste ambiente, enriquece sua capacidade intelectual e eleva sua auto-estima; aprende e se desenvolve cognitivamente e emocionalmente. No momento em que realiza uma atividade, revela os passos de seu pensamento, o estilo de resolução de problemas e suas capacidades intelectuais; portanto, a ênfase não é colocada no produto que o aluno realiza, mas no processo pelo qual ele atinge seus objetivos.

Além da utilização da linguagem Logo, o uso de softwares de atividades ludopedagógicas com alunos PNEE, sob uma ótica construtivista, fornece ferramentas que permitem ao aluno relacionar seus conhecimentos aos conteúdos escolares segundo suas concepções, como uma forma diferente e divertida de aprender. Esta perspectiva lúdica, construtivista e interdisciplinar no trabalho com o aluno PNEE inclusive incentivou a construção de um software específico para este fim por uma equipe multidisciplinar da Universidade de Cruz Alta (RS), contemplando diferentes níveis entre os aplicativos, vista a diversificação das habilidades dos alunos.

O aluno PNEE trabalha com mais entusiasmo quando estimulado pelo som, formas grandes e cores fortes. Neste contexto, a tecnologia de imagem, animação, som e comunicação apresentados naquele software servem para estimular o aluno PNEE no processo de aprendizagem. A otimização deste processo, através deste software referido, exigiu orientação técnica e pedagógica constante de vários profissionais, dentre eles o grupo de professores que compõem a linha de pesquisa em Informática na Educação da Universidade.

O trabalho com o software produzido, além de auxiliar a aprendizagem, facilita a inclusão do aluno PNEE, criando um ambiente em que são introduzidos, fixados e avaliados diferentes conceitos. O

computador e os softwares educativos na Educação Especial, segundo Santarosa (1991), funcionam como "prótese física e mental"; como "prótese física", em decorrência dos dispositivos e procedimentos criados, visando ao desempenho de funções que o corpo não pode ou tem dificuldades de executar devido à deficiência, como os simuladores, acionadores, sensores, entre outros dispositivos que possibilitam efetivar o processo de interação/comunicação. Como "prótese mental", por permitir processos de intervenção visando ao desenvolvimento cognitivo, sócio-afetivo e de comunicação do aluno PNEE.

Enfim, o computador é uma ferramenta de trabalho com a qual o professor pode utilizar diversos cenários de ensino e aprendizagem, entre eles, tutores, simuladores, demonstrações, jogos educativos, ferramentas de textos, desenhos e imagens, dependendo de seus reais objetivos educacionais (Papert, 1994). Ele significa para o deficiente físico um caderno eletrônico; para o deficiente auditivo, a ponte entre o concreto e o abstrato; para o deficiente visual, o integrador de conhecimento; para o autista, o mediador da interação com a realidade; e, para o deficiente mental, um objeto desafiador de suas capacidades intelectuais (Valente, 1997).

Busca-se um ensino colaborativo, que atenda às diferenças individuais, respeite o grau de dificuldade, ritmo de trabalho e interesse; mais cooperativo, interessante, centrado em utilizar a informática - o computador - não apenas através de editores de texto e programas multimídia, mas sim, numa mudança na função do computador como meio educacional, no sentido proposto por Valente:

A mudança da função do computador como meio educacional acontece justamente com um questionamento da função da escola e do papel do professor. A função do aparato educacional não deve ser a de ensinar mas a de promover o aprendizado. Isto significa que o professor deixa de ser o repassador de conhecimento - o computador pode fazer isto e o faz muito mais eficientemente do que o professor - para ser criador de ambientes de aprendizado e de facilitador do processo pelo qual o aluno adquire conhecimento. E as novas tendências de uso do computador na educação mostram que este pode ser um importante aliado neste processo que estamos começando a entender (1991, p. 17).

Assim, a realidade em constante movimento, redefine a reflexão a respeito da inclusão social e do uso da informática na Educação Especial, que envolve um aprender a pensar diferente, especial.

5. Considerações Finais

As exigências da sociedade imprimem diferentes entendimentos à educação; destas concepções, a inclusão merece destaque, tendo em vista ser um pretexto para que a escola se modernize, transforme-se em um ambiente de intercâmbios de formas individuais, no qual alunos e professores, ao interagirem, participem e transformem em aprendizagem, as experiências sociais.

O contexto da Educação Especial em que se evidencia a proposta de Educação Inclusiva, baseada em princípios e leis que reconhecem a necessidade de uma educação para todos, deixa bem claro que renovação pedagógica exige, em primeiro lugar, que a sociedade e a escola adaptem-se ao aluno PNEE, e não o contrário. E, em segundo, que o professor, considerado o agente determinante da transformação da escola, seja preparado adequadamente para gerenciar o acesso às informações e conhecimentos.

Ocorre que a formação atual não prepara o professor para a Educação Especial, mas para uma área de deficiência mental, auditiva, visual, física ou outros segmentos, ocasionando, geralmente, a resistência de alguns professores às inovações educacionais, como a inclusão, ao considerarem que a proposta de uma educação para todos é válida, porém impossível de ser concretizada, levando em conta o número de alunos e as circunstâncias em que se trabalha nas escolas da rede pública de ensino. O que demonstra, mais do que nunca, que os professores devem capacitar-se, acreditar e, principalmente, aceitar a inclusão, tornando, assim, a sua sala de aula um ambiente propício à construção do conhecimento, tanto do aluno PNEE quanto dos demais.

Percebe-se, então, num primeiro olhar de olhos, que a Educação Inclusiva aliada à renovação das concepções pedagógicas, por meio da informática, afeta a formação do professor e a forma de atuação, tanto do professor como do aluno. A primeira consideração a ser levantada é que a formação do professor passa a ser uma construção contínua. Na renovação da realidade de sala de aula, o professor assume característica de mediador, pesquisador e motivador, ao tornar-se um colaborador no processo de aprendizagem. E o aluno participa ativamente do processo de aquisição e construção de conhecimentos, pelo fato de assumir a responsabilidade e elaborar autonomamente seus projetos de vida, derivando significados novos às situações que lhe possam ser apresentadas.

Estas constatações evidenciam que a diversidade no meio social, os laços da cooperação, do diálogo, fruto de um exercício diário de compartilhamento de deveres, problemas e sucessos, enriquecem a educação; que a inclusão escolar dos alunos PNEE contribui para a qualidade do ensino regular e a adição de princípios educacionais válidos para todos os alunos; e que a apropriação dos recursos tecnológicos por esses alunos resulta avanços significativos: além de desenvolver suas capacidades cognitivas, aperfeiçoa a interação destes com a sociedade. Os ambientes interativos de aprendizagem oportunizados pelo computador adaptam-se aos diferentes estilos de aprendizagem e níveis de

capacidade e interesse intelectual.

Em suma, pensar ou refletir sobre a informática e Educação Inclusiva supõe conscientizar-se de que, hoje, é preciso contextualizar o processo de ensino e de aprendizagem, situando o aluno PNEE no cenário contemporâneo, do qual faz parte e onde atua - uma oportunidade de aprender a viver, criar e pensar. E, ao professor, cabe ensinar de outro modo, valorizando as diferenças de cada um e promovendo-as, possibilitando o bem-estar social, uma vez que,

(...) as atitudes dos professores e da sociedade são fundamentais para realizar as reformas que se projectam. Na atitude dos professores perante as reformas e no apoio da sociedade está a chave para as levar a bom termo. Sem o seu incondicional apoio não passarão do terreno das disposições legais ao terreno da realidade: o trabalho quotidiano nas salas de aula (Esteve, 1991, p. 96).

Frente ao que se vê - pode-se descrever e tenta-se compreender - a sociedade mudou, incorporou novos comandos derivados das descobertas e inovações tecnológicas, exigindo uma educação de qualidade e um professor preparado para enfrentar desafios e propor soluções.

6. Referências Bibliográficas

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Tendências e desafios da educação especial**. Org. Eunice M. L. Soriano de Alencar. Brasília: SEESP, 1994.

COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

DELORS, Jacques (org.). **Educação: um tesouro a descobrir – Relatório para a comissão internacional sobre educação para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 1998.

ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, Antonio (org.). **Profissão professor**. Porto: Porto, 1991. cap. 4, p. 94-124.

HOLLY, Mary Louise. Investigando a vida profissional dos professores: diários biográficos. In: NÓVOA, Antonio. **Vidas de professores**. Porto: Porto, 1992. cap. 4, p. 79-110.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais**. São Paulo: Scipione, 1988.

_____. Integração x inclusão – educação para todos. **Pátio**. Porto Alegre: ARTMED, ano 2, n. 5, p. 48-51, mai/jul 1998.

MARTINS, Eduardo. Manual de redação e escrita. **Organizações “O Estado de São Paulo”** – OESP, São Paulo, 2000.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro. **Uma experiência de alfabetização com repetentes**. Porto Alegre: Kuarup, 1983.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SANTAROSA, Lucila Maria Costi. **Informática como “prótese” na Educação Especial**. Colômbia. Informática Educativa (4) 2, 1991.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão – Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VALENTE, José Armando (org.). **Liberando a mente: computadores na educação especial**. Campinas: UNICAMP, 1991.

_____. **O USO DO COMPUTADOR NA INCLUSÃO DA CRIANÇA DEFICIENTE. IN: MANTOAN, MARIA TERESA EGLÉR. A INTEGRAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. SÃO PAULO: MEMNON, 1997.**